Brazilian Journal of Forensic Sciences, Medical Law and Bioethics

Journal homepage: www.ipebj.com.br/forensicjournal

Bioética e Biodireito: Reflexões à Luz do Princípio Fundamental da Dignidade da Pessoa Humana

Bioethics and Biolaw: Reflections in the Light of the Fundamental Principle Of Human Dignity

Emanuele Seicenti de Brito¹, Carla Aparecida Arena Ventura²

¹ *Doutoranda e Mestre em Ciências. Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo/Centro Colaborador da OMS para o desenvolvimento da pesquisa em enfermagem*

² *Professora Associada do Departamento de Enfermagem Psiquiátrica e Ciências Humanas da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo/Centro Colaborador da OMS para o desenvolvimento da pesquisa em enfermagem. Endereço: Avenida Bandeirantes, nº 3900 – CEP: 14040-902 – Ribeirão Preto, São Paulo - Brasil. caaventu@gmail.com*

Received 5 February 2013

Resumo. Descrever a inter-relação entre Bioética e Biodireito, considerando sua importância como parâmetro referencial para o legislador brasileiro na regulamentação das questões biotecnológicas. Trata-se de pesquisa qualitativa, baseada em um estudo descritivo analítico documental. Devido aos temas relacionados com os avanços tecnológicos serem recentes na literatura jurídica, e pelo fato de muitos deles carecerem de regulamentação legal específica, demandam uma apreciação científica e ética, que precisa ser precedida de um debate acerca dos princípios que devem servir de parâmetros referenciais para o legislador. Reafirma-se a necessidade da intervenção do direito para regular as questões Bioéticas de forma legítima e suficiente, impondo limites e freios à atuação da biotecnologia, à luz de valores intrinsecamente humanos.

Palavras-chave: Bioética; Biodireito; Dignidade humana.

Abstract. To describe the interrelationship between bioethics and biolaw, considering its importance as a reference parameter for the Brazilian legislator in the regulation of biotechnological issues. This is a qualitative study, based on a descriptive analytical documentary. Issues related to technological advances are recent in the legal literature and

considering the lack of regulation, there is a need for scientific and ethics assessment, which must be preceded by a debate about the principles that should serve as references to the legislature. Authors reaffirm the need for law intervention in the regulation of bioethical issues, establishing the limits for biotechnology in the light of intrinsically human values.

Keywords: Bioethics; Biolaw; Human dignity.

1. Introdução

No século XX, diversas situações exigiram avaliações éticas ante a experimentos e tratamentos médicos. Pode-se citar quatro importantes casos que impulsionaram a Bioética¹.

O primeiro envolveu o médico Scribner, que por volta de 1961, inventou um aparelho capaz de realizar a função do rim, depurando artificialmente o sangue de substâncias residuais – a hemodiálise. Diante do sucesso do tratamento, a demanda logo superou as possibilidades de atendimento. Foi necessário, então, decidir quem receberia tratamento e quem morreria. Formou-se um comitê de pessoas leigas, em 1962, em Seattle, para realizar essa decisão^{1, 2}.

Posteriormente, em 1966, Henry Beecher, professor de anestesia de Harvard, publicou um artigo demonstrando estatisticamente que 12% dos artigos médicos publicados em uma importante revista científica aplicavam métodos contrários à ética. Fortaleceu-se, assim, a necessidade de criação de mecanismos de controle em pesquisas e tratamentos³.

O terceiro caso ganhou notoriedade e refere-se ao primeiro transplante de coração, realizado por Christian Barnard. Para proceder o transplante era necessário remover o coração ainda em funcionamento, isto é, de um indivíduo com morte cerebral. Nesse contexto, os envolvidos se deparam com questões como: quando alguém pode ser considerado morto? Quem determina esse momento, a ciência ou a lei? A vida consciente é a única forma de vida? Morto o cérebro, morre também a pessoa^{1,3}?

Por fim, descreve-se o caso de Tuskegee, revelado em 1972. Tuskegee é uma cidade do Alabama, Estados Unidos, onde, em 1932, iniciou-se uma pesquisa sobre a evolução natural da sífilis, sem qualquer tratamento. Os “voluntários”, todos negros, acreditavam estar recebendo tratamento, mas não era o que ocorria⁴.

Essas e inúmeras outras situações, em diversos locais, contribuíram para o desenvolvimento da Bioética. Entretanto, a criação do termo é atribuída ao oncologista estadunidense Van Rensselaer Potter, ao publicar seu livro *Bioethic*:

bridge to the future, em 1971, para o qual a Bioética deveria ser a ciência da sobrevivência diante das diferentes ameaças à vida⁵.

Com o tempo, o termo Bioética foi sendo incorporado ao vocabulário e às práticas científicas, sendo comum os comitês de ética e de pesquisa em instituições de ensino, conselhos de ética em publicações, institutos médicos e de pesquisa⁵.

O termo Bioética “é um neologismo derivado das palavras gregas ‘bios’ (vida) e ‘ethike’ (ética). Pode-se defini-la como sendo o estudo sistemático das dimensões morais - incluindo visão, decisão, conduta e normas morais - das ciências da vida e do cuidado da saúde, utilizando uma variedade de metodologias éticas num contexto interdisciplinar”^{6:21}. De forma sucinta, portanto, pode-se conceituar a Bioética como ética aplicada à vida.

Nesse sentido, a “Bioética é a disciplina que estuda os aspectos éticos das práticas médicas e biológicas, avaliando suas implicações na sociedade e as relações entre os homens e entre estes e outros seres vivos”^{7:131}.

“Durante décadas, as preocupações Bioéticas foram se acirrando, ganhando novos contornos, tornando-se mais complexas, mas a Bioética, enquanto ramo do conhecimento humano, manteve algumas características que possibilitam distingui-la de outras áreas do conhecimento. Primeiramente, nasce em um ambiente científico, como uma necessidade dos próprios profissionais da saúde, em seu sentido mais amplo, de proteger a vida humana e seu ambiente. Uma segunda característica que a individualiza é o seu caráter interdisciplinar, pois, agrega profissionais de diferentes disciplinas. Por fim, mas sem esgotar suas características, é um ramo do conhecimento humano que se apoia mais na razão e no bom juízo moral de seus investigadores do que em alguma corrente filosófica ou autoridade religiosa. Daí serem seus princípios de caráter autônomo e universal”.⁸

A Bioética possui um fundamento, baseado na Antropologia Filosófica, isto porque esta compreende o homem na totalidade de suas expressões e na infinitude de sua realização como pessoa. Compreende o homem na singularidade de sua individualidade, bem como na universalidade da humanidade, tornando-se apta a formular normas tanto para casos individuais como diretrizes genéricas de conduta eticamente benéficas ao pleno desenvolvimento da sociedade^{8,9}.

Com a evolução da Bioética, as pesquisas “passaram a ter como resguardo a colaboração de outras áreas, como Antropologia, Sociologia, Filosofia, Teologia, Psicologia, entre outras. Com o Direito não foi diferente. Novos estudos jurídicos

foram realizados, trazendo uma nova disciplina voltada à discussão da Bioética: o Biodireito”¹⁰.

Descobertas fundamentais na atuação das ciências biomédicas são hoje examinadas ao lado dos Direitos Fundamentais devido à repercussão causada por este tema que envolve o vital equilíbrio entre a vida humana, a ética e os direitos dos cidadãos¹⁰.

Com efeito, torna-se indispensável a intervenção do direito no campo das biotecnologias e biomédicas, considerando a quantidade de valores a merecer tutela jurídica capazes de equilibrar de um lado as portentosas “descobertas” científicas, e de outro o emprego de tais descobertas pela biomedicina, sem violar direitos.

Nessa perspectiva, algumas legislações específicas vêm regulando essas questões, quer para permitir, proteger ou proibir quaisquer manipulações que envolvam a inviolabilidade do corpo humano, a exemplo da lei que regula o transplante de órgãos, tecidos e partes do corpo humano, com fins terapêuticos e científicos¹¹. Nesse contexto, o Biodireito vai delineando seu perfil por meio de legislação esparsa. “Assim, o Biodireito fortalece seu compromisso interdisciplinar com a Bioética, visando exercer uma função mais indicadora de condutas ou a indicação de procedimentos apropriados para que as decisões e as opções tenham todas as chances de resolver os problemas suscitados pelas novas tecnologias”^{12:6}.

Desta maneira, pode-se dizer que Biodireito é o conjunto de leis positivas que visam estabelecer a obrigatoriedade de observância dos mandamentos éticos, e, ao mesmo tempo, corresponde a discussão sobre a adequação desta legislação¹³. Dessa forma, corresponde ao “conjunto de normas que têm por objeto regular as atividades e relações desenvolvidas pelas biociências e biotecnologias, com o fim de manter a integridade e a dignidade humana frente ao progresso, benefício ou não, das conquistas científicas em favor da vida”¹⁴.

Neste contexto, este estudo qualitativo, descritivo, analítico e documental, objetiva descrever a interrelação entre Bioética e Biodireito.

Para tanto por meio de levantamento literário de artigos científicos, livros e legislação brasileira, aborda-se primeiramente o princípio da dignidade humana como paradigma Bioético. Posteriormente foram arroladas algumas regulamentações importantes no processo de formação do Biodireito, demonstrando a sua insuficiência e buscando demonstrar que é possível a complementaridade entre a ética e o direito.

2. Princípio Fundamental da Dignidade da Pessoa Humana

A Constituição da República em vigor protege e assegura os direitos fundamentais, individuais e coletivos. Em seu artigo 1º, inciso III dispõe ser a dignidade da pessoa humana o fundamento do Estado Democrático de Direito e o cerne de todo o ordenamento jurídico¹⁵.

Como valor absoluto da pessoa, Santo Tomás de Aquino ensina-nos que a dignidade humana “é a bondade por si mesma, utilidade, bondade para outra coisa. É a superioridade ou elevação da bondade, a interioridade ou profundidade de semelhante realza. É a suprema valia interior do sujeito que a ostenta. É aquela excelência correlativa a um grau de interioridade que permite ao sujeito manifestar-se como autônomo, que se apoia ou sustenta-se em si mesmo. É sinônimo de majestade ou de realza”^{16:310}. A “dignidade” é a bondade superior correspondente ao absoluto, ao que é um fim em si mesmo, com independência total de qualquer uso, utilidade ou gratificação. Manifesta-se na capacidade de captar a verdade enquanto tal, de apreender e querer o bom em si e apreciar e construir o belo. Essa independência no plano ôntico se aprecia também no plano ético: o homem é digno porque é livre. Isso supõe que só o homem pode se dirigir por si mesmo, determinando a direção de toda a sua existência, dirigir-se a seu fim último.

“Os animais mais que mover-se são movidos (pelos instintos). Em presença de água, um cão sedento não tem outra opção que aclamar sua sede. Ao contrário, o homem sedento pode decidir. Ele goza de um total domínio sobre seus atos. É ator de sua existência. É modelador e criador ‘desde si mesmo’^{16:311}.

A dignidade humana, não obstante, vai além do simples arbítrio. Supõe a prerrogativa de dirigir-se, opor meio de suas escolhas, até sua própria plenitude e perfeição. A liberdade é expressão da dignidade humana enquanto reflete uma modalidade superior de ser. Nenhum homem está privado de dignidade. Toda existência humana sobre a terra representa a presença de uma excelência de “ser superior” a qualquer outro ente observável^{16:311}.

Assim, os bioeticistas devem ter como paradigma o respeito à dignidade da pessoa humana, sendo este o valor que prevalecerá sobre qualquer tipo de avanço científico e tecnológico.

Nesse sentido, foi acatado internacionalmente que o respeito à vida humana digna, paradigma bioético, deve estar presente na ética e no ordenamento jurídico de todas as sociedades humanas¹⁷. “A Declaração sobre a Utilização do Progresso Científico e Tecnológico no Interesse da Paz e em Benefício da Humanidade,

aprovada pela ONU em 10 de novembro de 1975, contém em seu art. 6º o seguinte: Todos os Estados adotarão medidas tendentes a estender a todos os estratos da população os benefícios da ciência e da tecnologia e a protegê-los, tanto nos aspectos sociais quanto materiais, das possíveis consequências negativas do uso indevido do progresso científico e tecnológico, inclusive sua utilização indevida para infringir os direitos do indivíduo ou do grupo, em particular relativamente ao respeito à vida privada e à proteção da pessoa humana e de sua integridade física e intelectual”^{17:30}.

A Convenção sobre Direitos Humanos e Biomedicina, que foi adotada pelo Conselho da Europa em 19 de novembro de 1996, após advertir no Preâmbulo que o mau uso da biologia e da medicina pode conduzir à prática de atos que colocam em risco a dignidade humana, prescreve em seu artigo 2º que “os interesses e o bem-estar do ser humano devem prevalecer sobre o interesse isolado da sociedade ou da ciência”^{17:18}. Assim, com o reconhecimento do respeito à dignidade humana, a Bioética e o Biodireito passam a ter um sentido humanista, estabelecendo um vínculo com a justiça. “A Bioética e o Biodireito andam necessariamente juntos com os direitos humanos, não podendo, por isso, obstinar-se em não ver as tentativas da Biologia Molecular ou da Biotecnociência de manterem injustiças contra a pessoa humana sob a máscara modernizante de que buscam o progresso científico em prol da humanidade”^{17:20}. Se em algum lugar houver qualquer ato que não assegure a dignidade humana, deverá ser repudiado por contrariar as exigências ético-jurídicas dos direitos humanos. Assim sendo, intervenções científicas sobre a pessoa humana que possam atingir sua vida e a integridade físico-mental deverão subordinar-se a preceitos éticos e não poderão contrariar os direitos humanos¹⁷.

Todos os seres humanos, os aplicadores do direito e em especial os médicos, os biólogos, os geneticistas e os bioeticistas devem intensificar sua luta em favor do respeito à dignidade humana, sem acomodações e com muita coragem, para que haja efetividade dos direitos humanos. A consciência destes é a maior conquista da humanidade, a Bioética e o Biodireito estão inseridos nessa conquista, por serem instrumentos valiosos para a recuperação dos valores humanos¹⁸.

3. Da Bioética ao Biodireito – Documentação Cronológica

Após os abusos cometidos nos campos de concentração, durante a Segunda Guerra Mundial, em que seres humanos foram sujeitos a experimentações, em 1947, o Código de Nuremberg tratou de normatizar a “relação ser humano e pesquisador,

evidenciando a necessidade de consentimento voluntário e conhecimento do assunto por parte daquele e a responsabilidade desse”^{19:217}.

Posteriormente, na Declaração de Helsinki de 1975, a Associação Médica Mundial também priorizou a relação ser humano e médico-pesquisador, salientando a importância do consentimento e informação do ser humano. O aspecto individual se sobrepôs ao coletivo, pois expressamente foi declarado como princípio básico que os interesses do indivíduo devem prevalecer sobre os interesses da ciência e da sociedade e que os resultados de experiências de laboratórios devem ser utilizados para amenizar o sofrimento da humanidade².

Em 1978, o Relatório Belmont adotou como princípios básicos para a pesquisa que envolva seres humanos e cujo objeto é o ser humano, os princípios do respeito às pessoas, beneficência e justiça²⁰.

O princípio do respeito às pessoas abrangeria duas convicções éticas: os indivíduos devem ser tratados como agentes autônomos e as pessoas com autonomia diminuta possuem direito à proteção. O princípio da beneficência foi apresentado como uma obrigação, agindo sem causar dano e em agir maximizando os possíveis benefícios e minimizando os possíveis danos. Dentro do princípio da justiça, a comissão estabeleceu que caibam os benefícios e os riscos da pesquisa científica a: a cada pessoa uma cota igual; a cada pessoa de acordo com sua necessidade; a cada pessoa de acordo com seu esforço; a cada pessoa de acordo com sua contribuição à sociedade e a cada pessoa de acordo com seu mérito^{2,19-20}.

Considerando o grande avanço científico e tecnológico nas últimas décadas do século XX, a Declaração de Valência sobre ética e o Projeto Genoma Humano, de 1990, demonstrou a preocupação com o respeito à variedade genética humana e dignidade humana. Em 1993, cientistas, juristas e filósofos de vários países se reuniram para analisar, numa perspectiva pluridisciplinar, o Projeto Genoma Humano. Surgiu então, a Declaração de Bilbao, que, “dentre outras coisas prega o Princípio da Livre Difusão de Informação Científica. Esta Declaração diz que a investigação científica será essencialmente livre, porém deve ser observado o autocontrole do investigador. Acredita-se que o autocontrole do investigador não parece ser, objetivamente, o critério mais adequado para se levar a cabo a ética jurídica”²¹. Em 1997, no convênio do Conselho da Europa para a Proteção dos Direitos humanos e a Dignidade do Ser humano em relação às Aplicações da Biologia e da Medicina (Convênio sobre Direitos Humanos e Biomédicas), realizado em Astúrias, o genoma foi tratado como patrimônio genético do indivíduo. As

intervenções no genoma foram aceitas apenas para finalidades terapêuticas, de prevenção ou de diagnóstico, desde que não modifiquem o genoma de qualquer descendente.

Na Declaração Universal sobre o Genoma Humano e os Direitos Humanos da UNESCO, de 11 de novembro de 1997, foi reconhecido que o genoma humano está relacionado à dignidade humana, sendo, por um lado, base dessa dignidade e, por outro, não podendo essa dignidade ser desrespeitada, em razão das características desse genoma, uma vez que essa mesma dignidade determina que os indivíduos não podem ser reduzidos às suas características genéticas. No mesmo sentido, a dignidade não pode ser desrespeitada pela pesquisa e aplicação genética¹⁷.

Houve uma expressa preocupação com a garantia dos direitos e liberdades fundamentais e de outros direitos humanos individuais, como: o caráter único de cada indivíduo; a necessidade de consentimentos prévio, livre e informado da pessoa submetida à investigação, tratamento genético; a confidencialidade de dados genéticos de pessoas identificadas; direito de indenização por dano causado por intervenção em seu genoma¹⁷.

A Declaração da UNESCO reconhece o genoma humano como patrimônio da humanidade, distinguindo seus aspectos coletivos e individuais e estabelecendo direitos e garantias fundamentais que não podem ser violados e nem desrespeitados pela pesquisa e aplicação genética¹⁷.

No âmbito regional, a Declaração Ibero-Latino Americana sobre Ética e Genética de 1996, revisada em Buenos Aires em 1998, destacou o posicionamento de países com menos desenvolvimento científico e tecnológico, sendo enfatizada a necessidade da “solidariedade entre os povos”. Foi declarado que o genoma humano constitui parte do patrimônio comum da humanidade como uma realidade e não como uma expressão simbólica e que, nos países de origem dos membros da declaração, já ocorreram aplicações da genética humana sem uma adequada e completa regulamentação jurídica¹⁷.

4. Biodireito no Brasil

No Brasil, verifica-se a pluritutela normativa no âmbito do Biodireito. Assim, possuem interrelação com o tema, a Constituição Federal da República do Brasil (1988), a Lei 8.974/95 (revogada pela lei 11.105/05), a Lei 9.279/96, a Resolução do Conselho Nacional e Saúde 196/96, a Instrução normativa da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança 8 (1997), a Instrução normativa da Comissão Técnica nacional de

Biossegurança 9 (1997), os Projetos de Lei e Resolução 1.358/92 CFM, os PL 3638/93 – Dep. Luiz Moreira, PL 2855/97 – Dep. Conj. Moura, PL 590/99 – Sen. Lúcio Alcântara, PL 0045/97- Sen. Benedita da Silva, PL 00069/97 – José Inácio Ferreira (arquivado), PL 000285/99 – Se. Sebastião Rocha, PL 01934/99 – Dep. Helio de Oliveira Santos, PL 01737/91 – Osmanio Pereira (arquivado), Medida Provisória 2.126 – 11, de 26.04.2001, revogada pela lei 11.105/05, que regulamentava o inciso II do §1º e o §4º do art. 225 da Constituição Federal, os arts. 1º, 8º, alínea j, 10, alínea e, 15 e 16, alíneas 3 e 4, da Convenção sobre Diversidade Biológica, que tratava sobre o acesso ao patrimônio genético, a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado, a repartição de benefícios e o acesso à tecnologia e sua transferência, e a Lei n.º 11.105, de 24 de março de 2005 (Lei de Biossegurança)¹⁷.

No Brasil, a aprovação das Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas em seres humanos, por meio da Resolução 196/96 estabeleceu padrões de conduta para proteger a integridade física e psíquica, a saúde, a dignidade, a liberdade, o bem estar, a vida e os direitos dos envolvidos em experiência científicas²².

A Resolução 196/96 incorporou os referenciais básicos da Bioética: autonomia, não maleficência, beneficência e justiça, visando assegurar os direitos e deveres que dizem respeito à comunidade científica, aos sujeitos da pesquisa e ao Estado. Esta resolução deverá ser revista sempre que houver necessidade nas áreas tecnológica e ética.

A Lei 9.974/95 trazia restrições ao uso das técnicas de engenharia genética, dentre as quais a manipulação de células germinais humanas. Tal lei definia os crimes nessa matéria, punindo com severas reclusões. Foi expressamente revogada pela lei de biossegurança²³.

A Lei n.º 11.105/05 — Lei de Biossegurança — regulamenta os incisos II, IV e V do §1º do art. 225 da Constituição Federal, estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados — OGM e seus derivados, cria o Conselho Nacional de Biossegurança — CNBS, reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança — PNB, revoga a Lei n.º 8.974, de 5 de janeiro de 1995, e a Medida Provisória n.º 2.191-9, de 23 de agosto de 2001, e os arts. 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10 e 16 da Lei n.º 10.814, de 15 de dezembro de 2003²⁴.

Como observamos acima, no aguardo de uma legislação que regule os dilemas bioéticos em sua totalidade, tem-se recorrido às regulamentações alternativas, como os Códigos de deontologia profissional; os Regulamentos de algumas associações; as regras de conduta baixadas por certas instituições particulares; as orientações dos comitês de ética²⁵.

Estas regras não possuem a mesma natureza, mas apresentam-se como alternativas de uma legislação estrita. Resta saber qual é seu valor, legitimidade e pertinência.

Duas seriam basicamente, as críticas que se poderiam levantar contra estas alternativas: primeiro, estas regulamentações são ineficazes, são destituídas de qualquer cogência, podem ser facilmente contornáveis e, portanto, não permitem atingir o objetivo visado²⁵. Assim, para citar o exemplo do caso brasileiro, os códigos de deontologia médica — como ocorre no Brasil com a Resolução 1.358/92, do Conselho Federal de Medicina (que adota normas éticas para utilização de técnicas de reprodução assistida) — vincula todos os membros (corpo médico) da profissão, sem exceção²⁵.

“Mas estas normas são destituídas de juridicidade e, pois, não abrem espaço a reais recursos perante a ordem jurídica. Um paciente pode até questionar a conduta de um médico perante o Conselho Federal de Medicina, por exemplo, mas a queixa formalizada produzirá, no máximo, uma sanção de ordem disciplinar: repreensão, suspensão temporária ou, excepcionalmente, exclusão do quadro médico”^{25:110}.

De qualquer maneira, uma reparação de danos, certamente, nunca ocorrerá com base numa regra de conduta prevista em código deontológico. No mesmo sentido, as regras oriundas das associações, das instituições ou dos comitês de ética; o seu campo de ação fica restrito exclusivamente ao órgão emissor da norma, não tem o aval do poder legislativo, logo, o seu campo de ação já nasce limitado²⁵.

Num segundo momento, as críticas se direcionam em outro sentido: além de ineficazes, as regulamentações seriam antidemocráticas. Ou seja, estas regulamentações impostas por determinados segmentos profissionais não representariam o interesse do corpo social, não corresponderiam a propostas tiradas de um debate público²⁵.

“Além disso, estas regulamentações seriam injustas, uma vez que não são necessariamente uniformes em todos os países. Podem até mesmo diferir consideravelmente de um para outro país e isto gera uma importante questão de

justiça social. A guisa de exemplo, na Alemanha, o Relatório Benda proíbe qualquer experiência sobre o corpo humano, mas na fronteira entre a Alemanha e a França, em Strasbourg, os alemães passam, diariamente, para a França em busca de clínicas de inseminação artificial^{25:116}.

Tudo indica, pois, que uma legislação suficientemente maleável, mas firme, deve ser criada para controlar e regulamentar questões que, de há muito, estão a exigir uma normatização da sociedade.

Como vimos, as ordenações em geral baseiam-se nas grandes declarações internacionais sobre direitos humanos. Mas estas declarações são vagas e podem apenas servir de fundamentação ética, não tendo força legal. A Bioética necessita de formulações jurídicas mais claras e concretas^{5:124}. A Bioética, para ser eficaz e incidir nos procedimentos que implicam a vida humana, necessita de um Biodireito. Princípios éticos que não recebem uma configuração jurídica são inócuos na incidência sobre a realidade⁵.

Com efeito, nunca a intervenção de uma legislação foi tão desejada quanto atualmente, mas, contraditoriamente, temida pelos juristas, cientistas, médicos e moralistas que se preocupam com a multiplicação de situações totalmente fora das normas geradas por técnicas cada vez mais sofisticadas da manipulação da vida e da morte.

5. Conclusão

As questões relativas à Bioética por serem também questões que envolvem outras ciências sejam elas filosóficas, econômicas ou jurídicas, vêm, naturalmente, eivadas de complexidade, não podendo se esgotar em uma visão reducionista, ao contrário de outras áreas do conhecimento.

O Direito, como norma imperativa, tem encontrado grande dificuldade em regulamentar as pesquisas e as técnicas biomédicas, por meio das leis biomédicas, porque continua concorrendo com outros sistemas normativos não oriundos dos poderes públicos, mas originários da comunidade científica.

A existência e o papel desempenhado pelos comitês de ética já demonstrou que o Direito não pode se impor por si mesmo. O direito se constrói em relação as suas descobertas, mas também a partir dos riscos que as novas técnicas criam para a condição humana. É da interferência dos dois mundos, o científico de um lado e o jurídico do outro, que, por meio de um processo lento, demorado e cauteloso, vão se

determinando condutas, posturas e eventuais sanções aceitas por toda comunidade humana.

O vazio jurídico existe, quanto a isto, não resta mais dúvida alguma. Cabe, pois, agora, aceitar o papel decisivo da ciência na construção do Direito, devendo este intervir visando esclarecer práticas que precisam do reconhecimento da ordem jurídica, não só pela garantia que este reconhecimento gera, mas, e sobretudo, porque o homem precisa de limites para administrar sua própria liberdade.

A lei se revela um instrumento suficientemente flexível para regular as questões relativas à Bioética. Deve interferir rapidamente, se ajustar às novas conquistas tecnológicas e vir imantada da legitimidade capaz de garantir a validade de sua inclusão no meio social, concretizando, assim, o fim último de qualquer empreendimento do sujeito de Direito: o resgate da dignidade humana.

Referências

1. Lolas F. *Bioética: o que é, como se faz*. São Paulo: Loyola; 2001.
2. Diniz D, Guilhem D. *O que é Bioética*. São Paulo: Brasiliense; 2002.
3. Diniz D. *Bioética: um novo conceito*. In: Cesarino AC. *A ética nos grupos: contribuição do psicodrama*. São Paulo: Editora Agora; 2001. P. 29-40.
4. Pessini L, Barchifontaine CP. *Problemas atuais de Bioética*. São Paulo: Loyola; 2007.
5. Junges JR. *Bioética: perspectivas e desafios*. São Leopoldo: Unisinos; 1999.
6. Reich WT. *Encyclopedia of Bioethics*. New York: MacMillan; 1995.
7. Naves BTO. *Biodireito: da Zetética à Dogmática*. In: Sá MFF. *Biodireito*. Belo Horizonte: Del Rey; 2002. P. 129-140.
8. Ommati JEM. *Bioética: origens, fundamentos*. Disponível em: <http://jus.com.br/revista/texto/1839/bioetica-origens-fundamentos..> A fundamentação antropológica da Bioética. *Revista Bioética*, 4(1): 7-16. 1996.
9. CARDIA LAM. Biodireito: em defesa do patrimônio da humanidade. *Jus Navegandi*. 2000; 39(1). Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/1836>>.
10. Brasil. Lei nº 9434, de 4 de fevereiro de 1997. Dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências. Diário Oficial da União 5 fev 1997.
11. Leite EO. *Da Bioética ao Biodireito: Reflexões sobre a necessidade e emergência de uma legislação*. In: Silva RP. *Direitos Humanos como Educação para a Justiça*. São Paulo: LTr; 1998. P. 107-109.
12. Viana NO, Teixeira OF. *Breve análise sobre Bioética e Biodireito*. *Jus Societas*. 2009; 3(1):117-131.
13. Ferreira JSABN. Bioética e Biodireito. *Scientia Juris*. 1999; 2(3): 41-63.

14. Brasil. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado; 1988.
15. Santos MCCL, Gomes, CLSP. *Biodireito: ciência da vida, novos desafios*. São Paulo: Revista dos Tribunais; 2001.
16. Diniz MH. *O estado atual do Biodireito*. São Paulo: Saraiva; 2002.
17. Dallari DA. *Bioética e direitos humanos*. In: Costa SIF, Garrafa V, Oselka G. *Iniciação à Bioética*. Brasília: Conselho Federal de Medicina; 1998. P. 231-242.
18. Diedrich GF. *Genoma humano: direito internacional legislação brasileira*. In:
19. Santos MCCL, Gomes, CLSP. *Biodireito: ciência da vida os novos desafios*. São Paulo: Revista dos Tribunais; 2001. p. 214-245.
20. Westphal, ER. *Bioética*. São Leopoldo (RS): Sinodal; 2006.
21. Marco CF. *Biodireito e a tendência da Constitucionalização do Direito Internacional: A dignidade da pessoa humana como valor universal*. Disponível em: http://www.mundojuridico.adv.br/sis_artigos/artigos.asp?codigo=63.